Demonstrações Financeiras

Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.

(Anteriormente denominada Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA)

31 de dezembro de 2016 com Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 5° ao 8° Andares - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Tel.: (55 21) 3263-7000

ev.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos administradores e acionistas da **Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.** (Anteriormente denominada Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA) Cachoeira Dourada - GO

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2017

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC - 2SP 015.199/F-6

Paulo José Machado

Contador CRC-1RJ 061.469/O-4

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

•	Nota	31/12/2016	31/12/2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	184.422	101.541
Títulos e valores mobiliarios	4	46.402	21.084
Concessionárias e permissionárias	5	152.925	79.369
Tributos a compensar		20.182	28.253
Serviços em curso		5.461	17.870
Outros créditos		8.849	13.616
Total do ativo circulante		418.241	261.733
Não circulante Depósitos vinculados a litígios	10	23.947	22.475
Imobilizado	6	569.710	613.313
Intangível		4.487	2.953
Total do ativo não circulante		598.144	638.741
Total dos ativos		1.016.385	900.474

	Notas	31/12/2016	31/12/2015
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7	93.161	29.913
Salários, provisões e encargos sociais		2.670	3.223
Obrigações fiscais	8	123.401	103.060
Dividendos a pagar		42.376	449
Programa de pesquisa e desenvolvimento		6.069	16.046
Risco hidrológico - GSF	15	65.127	44.415
Outras obrigações		10.337	7.789
Total do passivo circulante		343.141	204.895
Não circulante			
Tributos diferidos	8	51.125	60.662
Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais	10	4.432	4.714
Outras obrigações		12.067	14.095
Total do passivo não circulante		67.624	79.471
Patrimônio liquido	11		
Capital social		64.340	64.340
Ações em tesouraria		(278)	(278)
Reserva de capital		346.839	346.839
Reserva de lucros		78.929	61.793
Ajuste de avaliação patrimonial		115.790	143.414
Total do patrimônio líquido		605.620	616.108
Total dos passivos e patrimônio liquido		1.016.385	900.474

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	31/12/2016	31/12/2015
Receita líquida	12	993.423	466.445
Custo do serviço	13	(609.290)	(175.446)
Lucro bruto		384.133	290.999
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	13	(5.474)	(3.248)
Despesas gerais e administrativas	13	(9.142)	(9.908)
Total das despesas operacionais		(14.616)	(13.156)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro Resultado financeiro		369.517	277.843
Receitas financeiras	14	25.568	18.734
Despesas financeiras	14	(2.727)	(797)
·		22.841	17.937
Lucro antes do Imposto de renda e contribuição soci	ial	392.358	295.780
Imposto de renda e contribuição social correntes	8	(146.459)	(114.274)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	` 12.197 [´]	12.415
Lucro líquido do exercício		258.096	193.921

Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro líquido do exercício	258.096	193.921
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	258.096	193.921

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (em milhares de reais)

					Reservas de capital		Re	servas de Lucro			
				Doações e	•	Remuneração de		Proposta de	Ajustes de		
			Ações em	subvenções para	Especial Lei nº	imobilizado em	Reserva	distribuição de	avaliação	Lucros	
-	Notas	Capital social	tesouraria	investimentos	8.200/91	curso	Legal	dividendos adicional	patrimonial	acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		64.340	(278)	126.831	219.970	38	7.693	56.572	168.378	-	643.544
Lucro liquido do exercício	11	-	_	-	-	_	-	-	-	193.921	193.921
Dividendos expirados	11	-	-	-	-	-	-	-	-	215	215
Realização do custo atribuído	11	-	-	-	-	-	-	-	(37.824)	37.824	-
Tributos diferidos sobre custo atribuído	11	-	-	-	-	-	-	-	12.860	(12.860)	-
Aprovação de dividendos propostos	11	-	-	-	-	-	-	(56.572)	-	-	(56.572)
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Intercalares	11	-	-	-	-	-	-	-	-	(165.000)	(165.000)
Dividendos adicionais propostos	11	-	-	-	-	-	-	54.100	-	(54.100)	- 1
Saldos em 31 de dezembro de 2015		64.340	(278)	126.831	219.970	38	7.693	54.100	143.414	-	616.108
Lucro liquido do exercício	11	_	_	_	_	-	-	-	-	258.096	258.096
Dividendos expirados	11	-	-	-	-	-	-	-	-	176	176
Realização do custo atribuído	11	-	-	-	-	-	-	-	(37.824)	37.824	-
Tributos diferidos sobre custo atribuído	11	-	-	-	-	-	-	-	10.200	(12.860)	(2.660)
Aprovação de dividendos propostos	11	-	-	-	-	-	-	(54.100)			(54.100)
Destinações:		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos Intercalares	11	-	-	-	-	-	-	-	-	(212.000)	(212.000)
Dividendos adicionais propostos	11		-	-	-	-	-	71.236	-	(71.236)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016		64.340	(278)	126.831	219.970	38	7.693	71.236	115.790	-	605.620

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais)

	31/12/2016	31/12/2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	258.096	193.921
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais:	04.400	00.500
Depreciação e amortização	64.190	63.566
Reversão e atualização dos riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais	(218)	(303)
Tributos e contribuições social diferidos	(12.197)	(12.415)
Programa de pesquisa e desenvolvimento	8.331	4.662
Atualização financeira depósitos judiciais	(1.226) 316.976	(1.125)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:	310.970	240.300
Contas a receber	(73.556)	(31.432)
Tributos a compensar	8.071	, ,
·	12.409	(9.590) (661)
Serviços em curso Depósitos vinculados a litígios	(246)	(001)
Outros ativos	4.767	(2.421)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:	4.707	(2.421)
Fornecedores	63.248	5.941
Obrigações trabalhistas	(553)	871
Obrigações fiscais	20.341	93.252
Risco hidrológico - GSF	20.712	44.415
Programa de pesquisa e desenvolvimento	(18.308)	(4.723)
	` '	, ,
Pagamento das provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais	(64)	(95)
Outras obrigações	520	2.073
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	354.317	345.936
Fluxo de caixa das atividades de investmento		
Títulos e valores mobiliários	(25.318)	16.316
Aplicações no intangível e imobilizado	(22.121)	(22.938)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(47.439)	(6.622)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(223.997)	(321.428)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	(223.997)	(321.428)
Caixa liquido consumido pelas atividades de linanciamento	(223.991)	(321.426)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	82.881	17.886
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	101.541	83.655
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	184.422	101.541
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	82.881	17.886
	02.001	17.000

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais

A Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. ("Companhia" ou "EGP Cachoeira Dourada"), anteriormente denominada Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S.A. - CDSA, com sede no município de Cachoeira Dourada - GO, é uma Companhia de capital fechado que tem como objeto social a realização de estudos, projeções, construção, instalação, operação e exploração de usinas geradoras de energia elétrica, bem como a prática dos atos de comércio. Poderá ainda a Sociedade promover ou participar de outras sociedades constituídas para produzir energia elétrica, dentro ou fora do Estado de Goiás, mediante a subscrição de qualquer número de ações ou quotas sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de fevereiro de 2017.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board ("IASB")*.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando o contrário estiver disposto em nota explicativa.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir.

2.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de *hedge* eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

2.3. Imobilizado

O ativo imobilizado em curso é demonstrado ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 01 de janeiro de 2016).

2.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social sobre o lucro diferido são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e contribuição social diferido são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O imposto de renda e contribuição social diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

2.5. Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável, independentemente de quando o pagamento for recebido. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

A Companhia reconhece as receitas de vendas de energia em contratos bilaterais, leilões, Mecanismo de Realocação de Energia - MRE e SPOT no mês de suprimento da energia de acordo com os valores constantes dos contratos e estimativas da Administração da Companhia, ajustados posteriormente por ocasião da disponibilidade dessas informações.

Para todos os instrumentos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao valor contábil líquido inicial do instrumento financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.6. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2016

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") foram revisados e tiveram a sua adoção obrigatória a partir de 1° de janeiro de 2016. Dada à natureza das modificações que foram realizadas e as operações da Companhia, a adoção desses pronunciamentos e interpretações mencionados abaixo não produziram efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
Alterações à IAS 16 e à IAS 38: Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	
O propósito destas alterações é esclarecer o princípio na IAS 16 Ativo imobilizado e na IAS 38 Ativos intangíveis em que a receita reflete um modelo de benefícios econômicos gerados com base na operação de um negócio (do qual o ativo faz parte), em vez dos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo. Como resultado, um método baseado em receita não pode ser utilizado para fins de depreciação de ativo imobilizado, podendo ser utilizado somente em circunstâncias muito limitadas para amortizar os ativos intangíveis. As alterações são aplicadas de forma prospectiva e não têm impacto sobre a Companhia, uma vez que não foi utilizado o método baseado em receitas para amortização dos ativos não circulantes	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.

IFRS 14: Contas Regulatórias Diferidas

Esta norma é opcional e que permite a uma entidade cujas atividades estão sujeitas a regulação de tarifas continuar aplicando a maior parte de suas políticas contábeis para saldos de contas regulatórias diferidas no momento da primeira adoção das IFRS. As entidades que adotam a IFRS 14 devem apresentar contas regulatórias diferidas como rubricas em separado no balanço patrimonial e apresentar movimentações nesses saldos contábeis como rubricas em separado no balanço patrimonial e outros resultados abrangentes.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.

Melhorias anuais (Ciclo 2012-2014)

Conjunto de melhorias necessárias, porém não urgentes, e que alteraram as seguintes normas: IFRS 5, IFRS 7, IFRS 10, IFRS 12, IAS 1, IAS 19, IAS 28 and IAS 34.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2016.

2.7. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
Iniciativa de Divulgação: Alterações ao CPC 26 / IAS 7	
As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.	Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas - Alterações ao CPC 32 / IAS 12	Períodos anuais
As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.	iniciados em 1º de Janeiro de 2017.
IFRS 9: Instrumentos Financeiros	
Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 – "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". Esse projeto foi dividido em 3 fases:	Períodos anuais iniciados em 1º de
As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) segregação dos ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; (iii) extinção do conceito de derivativos embutidos.	Janeiro de 2018.
Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.	

IFRS 15: Receita de contratos com clientes

Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

IFRS 16 Leases - Arrendamentos

IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.

3. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e contas correntes bancárias Aplicações financeiras Aplicações diretas	2.230	1.789
CDB - Certificado de Depósito Bancário	69.969	46.480
Operações compromissadas	68.838	5.033
Total de Aplicações Diretas	138.807	51.513
Fundos exclusivos		_
CDB - Certificado de Depósito Bancário	8	20.276
Operações compromissadas	43.377	27.963
Total de fundos exclusivos	43.385	48.239
Total das aplicações financeiras	182.192	99.752
Total de caixa e equivalentes de caixa	184.422	101.541

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDBs e operações compromissadas. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

4. Títulos e valores mobiliários

Instituição financeira	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	35.237	20.653
LF - Letra financeira	11.165	431
Total de títulos e valores mobiliários	46.402	21.084

5. Concessionárias e permissionárias

			То	tal
	A vencer	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2016	31/12/2015
Concessionárias	118.559	32.836	151.395	82.004
Partes relacionadas (vide nota 9)	6.149	-	6.149	1.984
Subtotal	124.708	32.836	157.544	83.988
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(4.619)	(4.619)	(4.619)
Total circulante	124.708	28.217	152.925	79.369

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado

suficiente pela Administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber.

6. Imobilizado

		2016				2015			
Descrição	Vida útil (anos)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo	Depreciação acumulada	Saldo Líquido		
Reservatórios	50	243.081	(168.354)	74.727	243.081	(163.370)	79.711		
Terrenos		1.163	` -	1.163	1.163	-	1.163		
Edificações	35	108.746	(87.179)	21.567	108.644	(85.510)	23.134		
Máquinas e equipamentos	22	2.217.092	(1.807.102)	409.990	2.192.804	(1.749.725)	443.079		
Veículos	6	1.020	(750)	270	793	(697)	96		
Móveis e utensílios	12	1.858	(1.700)	158	1.858	(1.671)	187		
Total do imobilizado em serviço		2.572.960	(2.065.085)	507.875	2.548.343	(2.000.973)	547.370		
Imobilizado em andamento		61.835	-	61.835	65.943	-	65.943		
Total do imobilizado em curso		61.835	-	61.835	65.943	-	65.943		
Total do imobilizado		2.634.795	(2.065.085)	569.710	2.614.286	(2.000.973)	613.313		

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado no exercício:

	31/12/2015	Adições	Depreciação	Deemed Cost depreciação	Transferências	Reclassificações	31/12/2016
Reservatórios	79.711	-	(4.984)	-	-	-	74.727
Terrenos	1.163	-	-	-	-	-	1.163
Edificações	23.134	-	(1.648)	-	-	81	21.567
Máquinas e equipamentos	443.079	-	(19.574)	(37.824)	24.390	(81)	409.990
Veículos	96	-	(52)	-	226	-	270
Móveis e utensílios	187	-	(29)	-	-	-	158
Imobilizado em andamento	65.943	20.508	-	-	(24.616)	-	61.835
	613.313	20.508	(26.287)	(37.824)			569.710

Reversão dos bens à União

Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados por auditoria da ANEEL.

7. Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Energia	59.209	14.103
Materiais e serviços	17.260	15.696
Partes relacionadas (vide nota 9)	16.692	114
Total	93.161	29.913

8. Obrigações fiscais

Corrente	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	110.838	97.182
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	7.799	2.320
Contribuição para financiamento da seguridade social- COFINS	3.340	2.404
Programa de integração social - PIS	720	519
Outros	704	635
	123.401	103.060
Diferido	31/12/2016	31/12/2015
Imposto de renda	33.960	42.230
Contribuição social	17.165	18.432
	51.125	60.662
Total	174.526	163.722

Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social Alíquota nominal dos tributos Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	392.358 15% 10% (98.066)	392.358 9% - (35.312)	295.780 15% 10% (73.921)	295.780 9% - (26.620)
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo Permanentes - despesas indedutíveis e multas Incentivos fiscais e outros Imposto de renda e contribuição social no resultado	(323) (400) (98.789)	(161)	(480) (489) (74.890)	(173) (176) (26.969)
Imposto de renda e contribuição social correntes Imposto de renda e contribuição social diferidos Total	(107.582) 8.793 (98.789)	(38.877) 3.404 (35.473)	(84.018) 9.128 (74.890)	(30.256) 3.287 (26.969)
Total efeito no resultado		(134.262)		(101.859)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto diferido passivo está registrado no valor de R\$ 59.650, sobre o valor do efeito do custo atribuído ao ativo imobilizado da Companhia. O saldo deste passivo começou a ser realizado a partir de 2015, quando a Companhia passou a ser tributada pelo lucro real com o término do REFIS.

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balanços Patrimoniais		Demonstra Resultado e Abrang	Resultado
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
IR e CS sobre diferenças temporárias	8.525	9.188	(663)	(445)
Provisão para ações judiciais e regulatórias	251	204	47	204
Remuneração das imobilizações em curso	8.172	8.969	(797)	(664)
Outras	102	15	87	15
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Resultado	(56.990)	(69.850)	12.860	12.860
Custo atribuído	(56.990)	(69.850)	12.860	12.860
Impacto no resultado de exercício	(48.465)	(60.662)	12.197	12.415
IR e CS diferidos sobre ajustes dos CPCs - Reconhecido no patrimônio líquido	(2.660)		(2.660)	
Custo atribuído	(2.660)	-	(2.660)	-
Total	(51.125)	(60.662)	9.537	12.415

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

 2017	2018	2019	2020 a 2022	2023 a 2025	Total
797	797	797	2.391	3.743	8.525

9. Partes relacionadas

		31/12/2016		31/12/2015		
	Ativo circulante(*)	Passivo circulante(*)	Receita (depesa)	Ativo circulante(*)	Passivo circulante(*)	Receita (depesa)
Ampla Energia e Serviço S.A. (a)	623	-	6.869	1.111	-	8.803
CGTF - Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. (d)	4.005	6.272	88.443	-	-	-
Enel CIEN S.A. (b)	-	125	(1.072)	-	114	(1.089)
COELCE - Companhia Energética do Ceará (a)	115	-	1.322	873	-	6.290
Enel Itália	-	110	-	-	-	-
Enel Green Power (c)	1.406	10.185	(81.053)	-	-	-
Total	6.149	16.692	14.509	1.984	114	14.004

^{*} Esses valores são classificados como contas a receber e fornecedores, respectivamente (vide Notas 5 e 7).

a) Venda de energia: Operação no ambiente regulado através dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") para várias distribuidoras dentre as quais AMPLA e COELCE. Esses CCEAR decorrem do 15º Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Empreendimentos de Geração Existentes ("15º LEILÃO de EE"), no dia 11 de dezembro de 2015, promovido pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). As condições de preços e prazo seguem as orientações constantes no correspondente edital do leilão.

- b) <u>Transporte de energia:</u> Operação de transporte de energia é realizada por diferentes transmissoras. O pagamento do uso do sistema de transmissão é feito por meio da aplicação das Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão ("TUST"), conforme Resolução Normativa ANEEL nº 559/2013. As tarifas são reajustadas anualmente no mesmo período em que ocorrem os reajustes da RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.
- c) <u>Enel Green Power:</u> Os saldos incorridos estão relacionados com as receitas/despesas de Energia Incentivada.
- d) <u>CGTF:</u> Os saldos incorridos estão relacionados as operações de compra e venda de energia para cobertura de lastro e/ou exposições no mercado de curto prazo.

Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 3.837 (R\$ 2.065 em 2015). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

10. Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, ambientais e regulatórias, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	31/12/2015	31/12/2016				
	Saldo	Adições	Atualização		Saldo	
	acumulado	(reversões)	monetária	Pagamentos	acumulado	
Trabalhista	432	-	29	(64)	397	
Cíveis	624	(396)	81	-	309	
Fiscais	658	-	68	-	726	
Ambientais	3.000	-	-	-	3.000	
Total	4.714	(396)	178	(64)	4.432	

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Principais riscos possíveis

Contribuição social sobre o lucro - compensação de saldo de base negativa

A Companhia ajuizou ação declaratória, com pedido de depósito do valor integral do débito, para discutir judicialmente a autuação da Receita Federal do Brasil sobre a compensação dos saldos de base de cálculo negativa apurados nos anos-base de 1998 e 1999. A matéria aguarda o julgamento de seu recurso e monta em R\$ 18.672 (R\$17.931 em 2015).

Além do processo descrito acima a Companhia possui outros processos com probabilidade de perda possível totalizando o valor de R\$ 782 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 764 em 2015).

Depósitos vinculados a litígios

A Companhia possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	289	23
Fiscais	23.658	22.452
	23.947	22.475

11. Patrimônio líquido

a) Capital social

A Companhia possuía a seguinte composição acionária, para 31 de dezembro de 2016:

_	Ações ordinárias (em unidade)		Ações preferen (em unidad		Total (em unidade)	
- -	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Enel Brasil S.A.	1.025.858.888	99,49	1.888.659.832	99,67	2.914.518.720	99,61
Ações em tesouraria	-	-	4.346.357	0,23	4.346.357	0,15
Outros	5.261.772	0,51	1.924.017	0,10	7.185.789	0,25
Total	1.031.120.660	100	1.894.930.206	100	2.926.050.866	100

b) <u>Dividendos</u>

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2016	31/12/2015
Lucro liquido do exercicio	258.096	193.921
Reversão de dividendos prescritos	176	215
Realização do custo atribuído	24.964	24.964
Lucro ajustado	283.236	219.100
Dividendos intercalares	212.000	165.000
Dividendos adicionais propostos	71.236	54.100

No decorrer do exercício findo em 31/12/2016 a Companhia deliberou o montante de R\$ 212.000, sob a forma de dividendos intercalares, dos quais o montante de R\$ 169.922 foi liquidado no decorrer do exercício, enquanto o valor de R\$ 42.078 foi liquidado em 31 de janeiro de 2017, conforme previsto na deliberação do Conselho de Administração realizada no dia 29 de dezembro de 2016.

Os dividendos mínimos, por classe de ação estão demonstrados a seguir, que ficaram inferiores aos dividendos antecipados pagos durante o ano por conta do lucro do exercício de 2016:

	25% sobre o l	ucro líquido	Dividendo	s mínimos		
ajustado		sobre capital social		Dividendos mínimos obrigatórios		
Tipo de aplicação	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ações ordinárias	24.953	19.302	-	-	24.953	19.302
Ações preferenciais	45.856	35.473	4.167	4.167	45.856	35.473
Total	70.809	54.775	4.167	4.167	70.809	54.775

As ações preferenciais não têm direito a voto, nem são conversíveis em ações ordinárias. Entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital, tendo o direito a dividendos mínimos não cumulativos de 10% ao ano, calculados sobre o valor proporcional do capital social atribuído, sempre que houver lucro líquido suficiente na apuração do resultado do exercício findo.

c) Reserva legal

A Companhia deixou de constituir reserva legal por atender ao disposto no art. 193 § 1º da Lei 6.404/76 onde a soma das reservas de capital e a reserva legal excedeu 30% do capital social.

d) Reservas de capital

As reservas para doações e subvenções para investimentos e reserva especial Lei 8.200, referem-se a reservas provenientes da cisão que originou a Companhia. Nesta cisão ocorreu a transferências de bens patrimoniais do sistema de geração da usina hidroelétrica de cachoeira dourada.

12. Receita líquida

	31/12/2016	31/12/2015
Receita bruta		
Suprimento de energia elétrica	1.129.053	540.737
Outras receitas	2.256	268
Total da receita bruta	1.131.309	541.005
Deduções das receitas bruta		
PIS	(18.674)	(8.927)
COFINS	(86.013)	(41.116)
Pesquisa e desenvolvimento	(8.331)	(4.662)
Reserva global de reversão	(10.184)	(6.615)
Taxa de fiscalização - ANEEL	(1.319)	(1.025)
Compensação financeira utilização de recursos hídricos	(13.365)	(12.215)
Total das deduções da receita bruta	(137.886)	(74.560)
Receita líquida	993.423	466.445

Em comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, a receita líquida operacional do segmento de Comercialização cresceu 113% (R\$ 526.978), atingindo R\$ 993.423 no ano de 2016. Esse crescimento aconteceu devido a um aumento de 99% no volume comercializado em relação ao ano anterior.

13. Custo e despesas operacionais

	Custo de serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais administrativas	31/12/2016	Custo de serviço	Despesas com vendas	Despesas gerais administrativas	31/12/2015
Pessoal	(11.328)	(4.866)	(2.479)	(18.673)	(11.444)	(3.233)	(4.327)	(19.004)
Administradores	(588)	(574)	(2.829)	(3.991)	-	-	(1.570)	(1.570)
Energia elétrica comprada para revenda	(472.859)	-	-	(472.859)	(49.307)	-	-	(49.307)
Transporte de potência de energia	(45.514)	-	-	(45.514)	(38.730)	-	-	(38.730)
Depreciação e amortização	(63.670)	-	(203)	(63.873)	(63.145)	-	(163)	(63.308)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas		-	396	396	-	-	196	196
Outras despesas operacionais	(15.331)	(34)	(4.027)	(19.392)	(12.820)	(15)	(4.044)	(16.879)
Total	(609.290)	(5.474)	(9.142)	(623.906)	(175.446)	(3.248)	(9.908)	(188.602)

14. Resultado financeiro

	31/12/2016	31/12/2015
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	17.096	17.190
Atualização das provisões para riscos tributarios, cíveis e trabalhistas	-	107
Atualização depósitos judiciais	1.226	1.125
Outras receitas financeiras	3.872	286
Variaçoes monetárias diversas	3.374	26
Total das receitas financeiras	25.568	18.734
Despesas financeiras		
Variações monetárias diversas	(1)	(84)
Despesas bancárias	(153)	(5)
Atualização financeira sobre pagamentos	(44)	(417)
Atualização das provisões para riscos tributarios, cíveis e trabalhistas	(178)	-
Outras despesas	(2.351)	(291)
Total das despesas financeiras	(2.727)	(797)
Total do resultado financeiro	22.841	17.937

15. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos do mercado.

Fatores de risco

Em sintonia com a gestão financeira e melhores práticas para minimização de riscos financeiros, bem como observar os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de risco que podem afetar seus negócios:

a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e depósitos em bancos e instituições financeiras. Este risco é avaliado como baixo, tendo em vista a política de cobrança e negociação com os seus clientes, bem como pela política de gerenciamento financeiro administrado pela tesouraria da Companhia. Os recursos excedentes são investidos

apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. A exposição máxima ao risco de crédito na data-base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados nas Notas 3, 4 e 5.

b) Risco hidrológico

De acordo com os dados do ONS, a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional ("SIN") é gerado por Usinas Hidrelétricas ("UHE"). A Companhia está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da Energia Assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os resultados financeiros futuros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, o montante de R\$ 65.127 recebidos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, correspondente ao período de junho de 2015 até dezembro de 2016, e R\$ 6.944 decorrente liminares passivas reconhecidas como fornecimento de energia, uma vez que o advento de ações judiciais ativas e passivas relacionadas com o GSF, iniciadas neste período, ocasionaram um movimento de incerteza acerca do possível direito/obrigação da Companhia.

Valorização dos instrumentos financeiros

Os títulos e valores mobiliários registrados nas demonstrações financeiras estão contabilizados a valor de mercado.

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

			31/12/2016		31/12/2015	
	Categoria	Nível	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Ativo						·
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	184.422	184.422	101.541	101.541
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	2	46.402	46.402	21.084	21.084
Concessionárias e permissionárias	Emprestimos e recebíveis	2	152.925	152.925	79.369	79.369
Passivo						
Fornecedores	Outros passivos financeiros	2	93.161	93.161	29.913	29.913

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.

 Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

16. Compromissos

A Companhia mantém compromissos de suprimento de energia firmados com clientes livres e distribuidoras, através dos Contratos de compra e venda de energia no ambiente regulado ("CCEARs") no montante de R\$ 4.565.475

	2017	2018	2019	2020	2021
Receita Bruta	1.202.459	968.024	836.987	801.380	756.625

17. Participação nos resultados

A Companhia possui o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos, metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador.

O montante dessa participação reconhecido no resultado do exercício de 2016 foi de R\$ 2.635 (R\$ 2.380 em 2015).

18. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

	Data de vigência		Importância	Limite máximo de	
Riscos	De	Até	segurada	indenização	
Risco operacional	01/11/2016	31/10/2017	R\$ 2.486.936	R\$ 3.482.032	
Responsabilidade civil	01/11/2016	31/10/2017	N/A	R\$ 636.220	